

A CONCEPÇÃO DE LUDICIDADE NO CICLO ALFABETIZADOR: O QUE DIZ A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O CURRÍCULO BASE DO TERRITÓRIO CATARINENSE

Anna Carolina Justino dos Santos^I

Maria Sirlene Pereira Schlickmann (Orientadora)^{II}

Resumo: Este artigo busca investigar e analisar as concepções de ludicidade nos documentos da Base Nacional Comum Curricular e do Currículo Base do Território Catarinense. Tendo em vista que as atividades lúdicas, jogos e brincadeiras são fundamentais e uma necessidade para o processo de humanização e desenvolvimento afetivo, social e cognitivo das crianças, para dar suporte à temática traçamos como objetivos: descrever/refletir sobre o modo como a BNCC e o Currículo Base do Território Catarinense abordam a concepção de lúdico no Ciclo alfabetizador – Anos Iniciais. A partir desse objetivo, tem-se como objetivos específicos: identificar como a BNCC aborda a concepção de lúdico/ludicidade no processo de alfabetização/Ciclo de Alfabetização – Anos Iniciais; relatar a concepção de lúdico/ludicidade apresentada no Currículo Base do Território Catarinense para o processo de alfabetização, Educação Infantil e Ciclo Alfabetização – Anos Iniciais; Relacionar a concepção de lúdico/ludicidade presente nos dois documentos e como estas se referem ao processo de alfabetização no Ciclo de Alfabetização – Anos Iniciais. Para dar conta desses objetivos, optou-se pela realização de pesquisa documental, e o método de abordagem desta pesquisa caracteriza-se como dialético, pois pretende descrever e refletir acerca desses conceitos nos documentos pesquisados da BNCC, texto de alfabetização e CBTC, texto de alfabetização. Trata-se de uma pesquisa exploratória, visto que pretende buscar maior familiaridade com o tema pesquisado. Quanto à análise dos dados, define-se a pesquisa como qualitativa, na medida em que pretende coletar percepções, além de analisar documentos oficiais. A análise dos dados é realizada à luz de teóricos/autores como: Lopes (2006), Vygotsky (1984 - 1987 - 1994), Brougère (2004), Marinho (2007), Ostetto (2000), Kishimoto (2011), Soares (1993 - 1994), Kramer (2011). Como resultado da pesquisa, percebemos convergências e divergências entre os documentos. Por fim, podemos ressaltar que tanto a BNCC quanto o CBTC concebem a ludicidade em seus textos orientadores do Currículo para o Ciclo alfabetizador, porém é importante ressaltar que nos dois documentos estes conceitos, para que os professores possam compreendê-los, assim como garanti-los no fazer pedagógico, estes carecem de maior aprofundamento, o que demanda a necessidade de formação continuada, de modo que os professores possam compreender como materializá-los em suas ações pedagógicas no ciclo alfabetizador.

Palavras-chaves: Base Nacional Comum Curricular. Currículo Base do Território Catarinense. Ludicidade. Ciclo alfabetizador.

^I Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: anna201571@outlook.com

^{II} Pedagoga. Especialista em Educação. Mestre e Doutora em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul. Professora titular do Curso de Pedagogia presencial e virtual na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. E-mail: maria.schlickmann@unisul.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo, apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Santa Catarina, como requisito parcial à aprovação na unidade de Aprendizagem conclusão dos Processos Investigativos, possui como tema *A concepção de ludicidade no Ciclo alfabetizador: o que diz a BNCC e o Currículo Base do Território Catarinense?* Tem como foco descrever como aparece o conceito de lúdico/ludicidade no texto de alfabetização da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e no Currículo Base do Território Catarinense – CBTC/ciclo alfabetizador, considerando sua relevância para a primeira infância, tendo em vista que as atividades lúdicas, jogos e brincadeiras são fundamentais e constituem o processo de humanização e desenvolvimento afetivo, social e cognitivo das crianças.

O ato de brincar contribui para um melhor desenvolvimento da criança em todos os aspectos físico, afetivo, intelectual e social. Brincando, a criança organiza e constrói seu próprio conhecimento e conceitos, relaciona ideias, estabelece relações lógicas, desenvolve a expressão oral e corporal, reforça as habilidades sociais e reduz a agressividade. (MARINHO et al, 2007, p. 88).

Assim, sabendo sobre a importância dessa temática para a infância e, considerando que ao chegar ao ciclo alfabetizador ainda temos uma criança com todas as suas singularidades (KRAMER, 2007), a partir dos estágios surgiu uma identificação com a temática, reforçando a necessidade de ampliar os conhecimentos acerca da importância da ludicidade no processo de alfabetização. Nos estágios obrigatórios e não obrigatórios foi possível perceber que muitas crianças aprendiam e se interessavam mais pelos temas quando as aulas envolviam atividades lúdicas.

Com essa percepção, passamos a considerar a ludicidade como necessária para o desenvolvimento da aprendizagem e, também, como facilitadora no desenvolvimento pessoal, social e cultural, enquanto constituidora da criança. Nesse sentido, acredita-se que as atividades lúdicas possam facilitar os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento e não devem ser vistas como mera diversão.

Com esse entendimento e sabendo que os docentes tem como referência para realizar seu planejamento a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo base para o Território Catarinense (CBTC), buscou-se desenvolver nossa pesquisa no sentido de verificar como as atividades lúdicas/o lúdico é considerado nesses documentos.

Essa pesquisa, então, descrever/refletir sobre o modo como esses documentos abordam o lúdico/a ludicidade no âmbito do ensino fundamental – anos iniciais, uma vez que, de acordo com estudiosos da área, é possível ampliar em muito os conhecimentos das crianças por meio de experiências lúdicas no processo de ensino-aprendizagem, no ciclo alfabetizador, foco deste estudo.

Nossa hipótese corrobora com a visão de que esses conceitos, ao serem abordados nos respectivos documentos, possam também fazer refletir sobre a concepção de criança/infância e sua indissociabilidade com a proposta de alfabetização e letramento, uma vez que no ciclo alfabetizador lidamos ainda com crianças muito pequenas.

A partir dessas considerações, da relevância desse conceito como basilar nas propostas pedagógicas para a alfabetização, nos perguntamos: Como a BNCC e o Currículo Base do Território Catarinense (SC) abordam o lúdico/ludicidade no ciclo alfabetizador? Que lugar tem o lúdico nestes documentos?

Mediante essas questões, visando desconstruir essa ideia equivocada de que a brincadeira, o prazer e a satisfação não podem integrar o processo de escolarização, elegeu-se como objetivo geral: descrever/refletir sobre o modo como a BNCC e o Currículo Base do Território Catarinense abordam a concepção de lúdico no Ciclo alfabetizador – Anos Iniciais. A partir desse objetivo, tem-se como objetivos específicos: identificar como a BNCC aborda a concepção de lúdico/ludicidade no processo de alfabetização/Ciclo de Alfabetização – Anos Iniciais; relatar a concepção de lúdico/ludicidade apresentada no Currículo Base do Território Catarinense para o processo de alfabetização, Educação Infantil e Ciclo Alfabetização – Anos Iniciais; relacionar a concepção de lúdico/ludicidade presente nos dois documentos e como estas se referem ao processo de alfabetização no Ciclo de Alfabetização – Anos Iniciais.

Para dar conta desses objetivos, optou-se pela realização de pesquisa documental^{III}, sendo o método de abordagem dialético^{IV}, pois pretende descrever e refletir acerca destes conceitos nos documentos pesquisados da BNCC, texto de alfabetização e CBTC texto de alfabetização. Trata-se de uma pesquisa exploratória^V, visto que pretende buscar maior familiaridade com o tema pesquisado. Quanto à análise dos dados, define-se a pesquisa como

^{III} Marconi e Lakatos concebem a “Pesquisa todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 43).

^{IV} Método dialético: “método dialético – que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (MARCONI; LAKATOS, 2019, p. 106).

^V Pesquisa exploratória: “são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos” (MARCONI, LAKATOS, 2019, p. 188).

qualitativa, na medida em que pretende coletar percepções e também analisar documentos oficiais.

A análise dos dados é realizada à luz de teóricos/autores como: Lopes (2006), Vygotsky (1984 - 1987 - 1994), Brougère (2004), Marinho (2007), Ostetto (2000), Kishimoto (2011), Soares (1993 - 1994), Kramer (2011), pois entende-se que textos de natureza científica contribuem para pensarmos e repensarmos o uso da ludicidade para o desenvolvimento da criança durante a infância.

Em termos de estrutura, este texto está assim organizado: em um primeiro momento, apresenta-se a introdução. Em seguida, o embasamento com os conceitos centrais acerca do tema pesquisado: “O lúdico, a ludicidade e o processo de alfabetização e letramento: como estes se relacionam?”. Na sequência, discutimos “A concepção de lúdico na Base Nacional Comum Curricular – BNCC: ciclo alfabetizador” e a “A concepção de lúdico no Currículo Base do Território Catarinense – CBTC: ciclo alfabetizador”, seguida de uma discussão sobre o lúdico/ludicidade no Currículo Base do Território Catarinense – CBTC e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Ciclo alfabetizador: convergências e divergências”. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 O LÚDICO, A LUDICIDADE E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: COMO ESTES CONCEITOS SE RELACIONAM?

Para iniciar essa reflexão, buscou-se fazer uma revisão conceitual sobre a temática. A “origem semântica da ludicidade, que vem do latim *LUDUS*, que significa jogo, exercício ou imitação” (MASSA, 2015, p. 113), se refere ao brincar, ao qual podemos acrescentar jogos, brinquedos, brincadeiras e a prática do brincar e se divertir.

A brincadeira é um dos pilares das culturas da infância, uma atividade social significativa, basilar na nossa constituição humana. Para as crianças a brincadeira é uma importante forma de ação social para a construção das suas relações e formas (coletivas e individuais) de interpretar o mundo. (FLORIANÓPOLIS, 2012, s.p.).

De acordo com Vygotsky (1987, p. 35), [...] “o brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças [...]”. A brincadeira faz parte do cotidiano das crianças. Durante a infância, com brincadeiras de situações fictícias, a criança se apropria

do mundo e aprende como agir em situações reais, pois como a própria história^{VI} nos mostra, as crianças sempre brincaram e brincam, e certamente continuarão brincando. Isto reforça o argumento de que a criança precisa de ludicidade em seu contexto escolar, pois se o brincar, o brinquedo e a brincadeira constituem a infância, a escola também necessita se organizar como um lugar que permita que as crianças continuem brincando, de modo que, por meio do lúdico, possamos contribuir também para a ampliação das aprendizagens, nesse caso, no ciclo alfabetizador. De acordo com Lopes,

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo poder se comunicar por gestos, sons e mais tarde, representar determinando papel na brincadeira, faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação, da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (2006, p. 110).

Como vemos, o ato de brincar é muito importante nos primeiros anos de vida escolar da criança, pois é durante a brincadeira que esta passa a utilizar o brinquedo como um gesto representativo, em que ele se torna suporte para a ação. “O brinquedo, em contrapartida, não parece definido por uma função precisa: trata-se, antes de tudo, de um objeto que a criança manipula livremente, sem estar condicionado às regras ou a princípios de utilização de outra natureza” (BROUGÈRE, 2004, p. 13). A criança, ao brincar, amplia seus conhecimentos, e é a partir das brincadeiras que ela passa a aprender a conviver com o meio e com os outros e a resolver situações do cotidiano. Brincar é uma necessidade da criança.

De acordo com Brougère (2004), “A brincadeira não pode estar limitada ao agir: o que a criança faz tem sentido, é a lógica do fazer de conta e de tudo o que Piaget chama de brincadeira simbólica (ou semiótica)” (BROUGÈRE, 2004 p. 14). Por meio de tal brincadeira, a criança manipula e se apropria dos códigos sociais de transposição imaginária.

O brinquedo também é um grande aliado das crianças, pois elas podem usá-los de modo representativo, que pode ser entendido como um sistema bem complexo de “fala” das crianças, a fim de mostrarem o que querem e/ou se expressarem. “O brinquedo pode ser uma reprodução da realidade, mas trata-se de uma realidade selecionada e, na maior parte das vezes, adaptada e modificada nem que seja pelo seu tamanho” (BROUGÈRE, 2004, p. 14).

Desse modo, para trazer essa discussão para o contexto da alfabetização, é de suma importância refletir sobre a utilização do contexto em que a criança está inserida com o

^{VI} Para saber mais sobre as questões históricas em relação à criança e à infância, ver Ariès (1981[1973]): História social da criança e da família.

propósito de promover os conhecimentos da cultura escrita, proporcionando para ela situações em que possa fazer o uso social da escrita.

Para tanto, entende-se que a brincadeira de faz de conta é muito importante para a criança, pois com o faz de conta ela se apropria dos símbolos que a rodeia por meio das vivências sociais e interações com o meio. As instituições devem ser um lugar que privilegie o faz de conta e a interação entre criança – criança, criança – adulto e criança – objeto, de modo que essas questões sejam garantidas no planejamento docente (OSTETTO, 2006). Cabe aos educadores possibilitar às crianças situações significativas para que elas se apropriem do conhecimento científico por meio de momentos lúdicos, a fim de que possam fazer novas descobertas por meio do espaço, proporcionando sua expressão com todas as linguagens e sendo um lugar onde sintam prazer de estar, de conviver e de ser feliz.

Assim, de acordo com Vygotsky,

(...) o objeto adquire uma função de signo, com uma história própria ao longo do desenvolvimento, tornando-se, nessa fase, independente dos gestos das crianças. Isso representa um simbolismo de segunda ordem e, como ele desenvolve no brinquedo, consideramos a brincadeira do faz de conta um dos grandes contribuintes para o desenvolvimento da linguagem escrita – que é um sistema de simbolismo de segunda ordem (1994, p. 132-133).

Sabe-se que é na interação social que a criança desenvolve seus conhecimentos e é brincando que ela se relaciona com seus pares e com o mundo ao seu redor, sempre se apropriando de novos conceitos com as vivências que passa a ter. São essas experiências de interação com as pessoas de seu grupo social que possibilitam a apropriação da realidade, da vida e toda sua plenitude.

Os jogos lúdicos proporcionam às crianças situações-problema, possibilitando a elas vivenciarem experiências de lógica e raciocínio, por meio de atividades físicas e mentais que favorecem a interação social, ampliando as situações afetivas, cognitivas, sociais, morais, culturais e linguísticas. “Ao utilizar o jogo, as crianças mobilizam saberes acerca da lógica de funcionamento da escrita, consolidando aprendizagens já realizadas ou se apropriando de novos conhecimentos nessa área” (PNAIC, 2012, p. 36).

De acordo com Vygotsky (1984, p. 27),

É na interação com as atividades que envolvem simbologia e brinquedos que o educando aprende a agir numa esfera cognitiva. Na visão do autor a criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real, tanto pela vivência de uma situação imaginária, quanto pela capacidade de subordinação às regras.

Como podemos perceber, o lúdico traz muitos proveitos para os educandos, os diversos autores que abordam essa concepção ressaltam que o lúdico deve ser considerado como parte integrante da vida do ser humano no âmbito da realidade.

A brincadeira faz parte da vida social, o conhecimento que a criança tem da realidade é base para desenvolvê-la. Assim, todas as atividades que proporcionam a ampliação do conhecimento da criança quanto às relações sociais e à atividade humana estabelecem condições para que estes conhecimentos se transformem em matéria-prima para a brincadeira e, conseqüentemente, para o seu desenvolvimento e ampliação das aprendizagens.

Ainda que as crianças, principalmente as menores, sintam-se atraídas por determinados objetos ou brinquedos, o que de fato as motiva a brincar é o desejo de desempenhar um papel. Nessa perspectiva, quando crianças se interessam por um estetoscópio real ou de brinquedo e conhecem seu uso social, logo passam a executar com ele as ações como se fossem médicos. (MARCOLINO 2013, p 46.)

Esse entendimento reforça a concepção de que a criança, durante seu processo de alfabetização, não deixe de ser compreendida como tal, pois o brincar, o brinquedo, a brincadeira, o faz de conta fazem parte da sua essência, da sua especificidade e, assim, constituem a infância (KRAMER, 2007; NASCIMENTO, 2007). Por isso o professor necessita considerar que a criança tem suas necessidades e direitos e precisa ser respeitada durante a realização das atividades pedagógicas, de modo que a ela sejam proporcionados momentos de ludicidade durante as aulas, porém, para que isso ocorra, é preciso que esteja no planejamento docente. Essa também é uma ação intencional, pois entende-se que

Por meio de uma aula lúdica, o aluno é estimulado a desenvolver sua criatividade e não a produtividade, sendo sujeito do processo pedagógico. Por meio da brincadeira o aluno desperta o desejo do saber, a vontade de participar e a alegria da conquista. Quando a criança percebe que existe uma sistematização na proposta de uma atividade dinâmica e lúdica, a brincadeira passa a ser interessante e a concentração do aluno fica maior, assimilando os conteúdos com mais facilidades e naturalidade. (KISHIMOTO, 1994, p. 49).

Desse modo, então, ao chegar ao ensino fundamental/no ciclo alfabetizador, as atividades muitas vezes não são mais encontradas com tanta frequência, pois, não raras vezes, se coloca como prioridade apenas o processo de alfabetizar e letrar, concomitantemente, processos estes indissociáveis (SOARES, 2003). Claro, isso é essencial, mas a reflexão aqui é no sentido de que o processo de alfabetização e letramento ocorra considerando a ludicidade e as interações como eixos articuladores da prática pedagógica.

Segundo Soares (1985), a “[...] alfabetização é o processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e de escrita que demanda procedimentos específicos correlacionados com toda estrutura sócio – política, sua complexidade é demonstrada por sua multiplicidade de facetas”, ou seja, é a aprendizagem do processo de apropriação da leitura e da escrita. Já o letramento, ainda de acordo com Soares (2003, p. 18), “[...] é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”.

Ao considerar essas concepções de alfabetização e letramento, assim como de que o lúdico/a ludicidade constitui a infância, é imprescindível pensar também no processo de transição entre as etapas da educação infantil e do ciclo alfabetizador, já que é necessário organizar o espaço alfabetizador de modo que se respeite a criança em suas dimensões. Para tanto, há que se considerar na abordagem pedagógica desse ciclo a ludicidade em sua ampla dimensão, uma vez, que a partir desse entendimento, as propostas pedagógicas, assim como o planejamento docente necessitam ter presentes o lúdico, o brinquedo e a brincadeira como eixos condutores do processo de elaboração dos conhecimentos durante a infância^{VII}, o que contribui para ampliar os graus de letramento e níveis de alfabetização.

É, então, a partir desse entendimento, que compreendemos a articulação dos conceitos que envolvem a ludicidade com os conceitos de alfabetização e letramento.

Considerando essas concepções e conceitos, na sequência passamos a refletir sobre como o conceito de ludicidade é abordado no âmbito da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

2.1 A CONCEPÇÃO DE LÚDICO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC: CICLO ALFABETIZADOR

Quando nos referimos à educação de crianças no ciclo alfabetizador, uma das primeiras coisas que nos vêm à mente é o processo de aprendizado da leitura e da escrita, porém, simultaneamente, deveríamos falar também sobre a criança, pois ela é o sujeito ativo da sua

^{VII} De acordo com a “Lei nº. 11.274/2006 que institui o ensino fundamental de nove anos de duração e a inclusão das crianças de 6 anos de idade, as crianças com 6 anos completos até o dia 30 de março do ano em curso, não estão mais na educação infantil. A intenção foi evitar rupturas na qualidade da oferta e na trajetória educacional da primeira infância” (KRAMER, 2011, p. 71). Para evitar essa ruptura, espera-se que as crianças sejam inseridas em um ambiente lúdico onde é possível contribuir para a construção do conhecimento resguardando o teor empírico dos conteúdos que serão trabalhados.

aprendizagem, desse processo. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009) em seu Artigo 4º, a criança é definida como:

sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Entendendo, então, a criança como um ser de direitos, vale ressaltar que é direito e dever das crianças frequentarem a instituição educativa/a escola, e este ambiente deve proporcionar o desenvolvimento dela; diante disso, é importante que estes espaços estejam de acordo com as necessidades das crianças, de modo que elas possam ampliar seus conhecimentos, não deixando de vivenciar experiências necessárias durante sua infância. Esse entendimento está posto na BNCC do seguinte modo: “Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo” (BRASIL, 2017, p. 56).

Ainda, de acordo com a BNCC, a instituição escolar

precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.). (BRASIL, 2017, p. 39).

De acordo com a BNCC, então, a criança é um ser que “[...] observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social” (BRASIL, 2017, p. 36). Ou seja, com essa concepção, a criança deve ser levada em conta durante o planejamento das atividades que serão propostas pelo educador em seus projetos pedagógicos, uma vez que ela é o sujeito ativo da ação pedagógica.

Para a BNCC, a partir desse entendimento, a criança deve:

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando. (BRASIL, 2017, p. 36).

Temos, neste excerto, uma afirmação que coloca os sujeitos da aprendizagem como protagonistas do processo, o que remete aos educadores a necessidade de proporcionar às crianças, por meio do planejamento docente, um ambiente em que possam fazer escolhas, ouvirem e serem ouvidas, proporcionando uma melhor interação das crianças e seus pares juntamente com o ambiente onde estão inseridas, sempre partindo da realidade em que se encontram, seus contextos sócio-histórico culturais. Nesse sentido, a BNCC enfatiza que

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, busca-se ampliar as experiências com o espaço e o tempo vivenciadas pelas crianças em jogos e brincadeiras na Educação Infantil, por meio do aprofundamento de seu conhecimento sobre si mesmas e de sua comunidade, valorizando-se os contextos mais próximos da vida cotidiana. (BRASIL,2017, p. 360).

Nessa direção, o documento afirma que é importante que o educador leve em consideração que:

[..] as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. (BRASIL, 2017, p. 44).

Temos aqui um eixo essencial a ser considerado pelos docentes no ciclo alfabetizador. Para a BNCC, *as interações e as brincadeiras* são *eixos estruturantes* do planejamento. Com isso, podemos dizer que um dos desafios a ser enfrentado durante o processo de alfabetização quando o professor do ciclo alfabetizador precisa alfabetizar e letrar, concomitantemente – de modo a garantir à criança não somente o aprendizado da leitura e da escrita de modo simbólico, mas também a compreensão da função social da leitura e da escrita –, é desenvolver o planejamento considerando também os eixos das interações e das brincadeiras/da ludicidade, tanto na alfabetização quanto

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, [em que] a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. (BRASIL, 2017, p. 57).

A partir desse entendimento, expresso na BNCC, entende-se que a compreensão docente em relação à leitura e à escrita não precisa impor para as crianças situações didáticas em que sejam “obrigadas” a ficar desenvolvendo exercícios maçantes e repetitivos no aprendizado da escrita, expondo-as a livros e escritas, para que assim aprendam a ler, pois a criança já está

inserida desde muito cedo no universo da escrita por meio de panfletos, programas de TV, celulares, entre outros. Em uma das passagens da BNCC, encontramos essa questão desse modo: “As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas” (BRASIL, 2017 p. 57).

É, assim, movida por essa curiosidade e necessidade de respostas para essas perguntas, que esta busca o interesse pela escrita, afinal:

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. (BRASIL, 2017, p. 40).

E para isto é preciso considerar a cultura letrada na qual a criança está inserida, de modo que a partir daí se torne possível promover situações/estratégias didáticas que favoreçam o seu desenvolvimento. Sabemos que atualmente isto ainda é muito discutido quando se trata do processo de alfabetização durante as ações pedagógicas, especialmente porque falta aos docentes formação que os capacite para o trabalho com os diferentes letramentos^{VIII}.

Nesse sentido, a BNCC afirma:

[...] a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BRASIL, 2017, p. 57).

Em relação ao processo de alfabetização e de letramento, entendemos que estes devem ocorrer de forma unida, indissociável, como afirma Soares (1998, p. 47):

O primeiro termo, alfabetização, corresponderia ao processo pelo qual se adquire uma tecnologia – a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-la para ler e para escrever. Dominar tal tecnologia envolve conhecimentos e destrezas variados, como compreender o funcionamento do alfabeto, memorizar as convenções letra som e dominar seu traçado, usando instrumentos como lápis, papel ou outros que os substituam. Já o segundo termo, letramento, relaciona-se ao exercício efetivo e competente daquela tecnologia da escrita, nas situações em que precisamos ler e produzir textos reais. Ainda segundo a professora Magda Soares (1998, p.47), “alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita”. (SOARES, 1998, p. 47).

^{VIII} Para ampliar a compreensão sobre os letramentos ver o livro Rojo (2013), Escol@ conectada os multiletramentos e as TICs.

Assim, o planejamento docente para o processo de alfabetização deve considerar também a organização do ambiente, visto que no processo de alfabetização o ambiente alfabetizador é essencialmente educador. O ambiente de sala de aula deve ser organizado de maneira que atenda a todas as necessidades da infância, para que “[...] as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural” (BRASIL, 2017, p. 34).

O ambiente deve ter espaços para brincar e interagir com o outro, de modo que as crianças tenham acesso aos diferentes gêneros textuais, permitindo o enriquecimento das competências imaginativas, criativas e organizacionais. Acredita-se que durante os momentos de planejamento o professor deve criar situações em que a criança possa interagir de forma conjunta e individual, possibilitando diferentes trocas e experiências. “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL, 2017, p. 37).

Isto é fundamental para que as crianças possam “experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela[...]” (BRASIL, 2017, p. 196). Com essa orientação, o educador é desafiado a proporcionar para os alunos momentos de caráter lúdico, pois as atividades pedagógicas que envolvem a ludicidade permitem às crianças experimentar situações de ensino-aprendizagem de maneira coletiva, relacionando-se com os demais; sabe-se que com a interação as crianças podem desenvolver seus conhecimentos. Essa concepção está presente na BNCC desse modo:

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. (BRASIL, 2017, p. 35).

Como podemos perceber, os momentos de ludicidade, jogos e brincadeiras são fundamentais no desenvolvimento infantil, constituindo-se, como já dissemos anteriormente, enquanto uma necessidade para o processo de humanização e desenvolvimento afetivo, social e cognitivo das crianças, de modo que lhes seja oportunizado “Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela” [...] (BRASIL, 2017, p. 199).

Vale ressaltar a importância da atenção a essa questão no que se refere à transição da educação infantil para o ensino fundamental, pois este é um período um tanto difícil para a criança, uma vez que na Educação Infantil há a presença de ludicidade em quase todos os momentos, porém ao chegar ao ensino fundamental muitas vezes o processo de ensino-aprendizagem se dá de modo tradicional. Essa questão também está assegurada na BNCC desse modo: “A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças” (BRASIL, 2017, p. 41).

Essa questão é essencial, pois ainda é bastante presente uma concepção de que ao chegar ao ensino fundamental a criança não pode mais brincar, e isso constitui um equívoco. Pelo contrário, é preciso planejar essa transição a partir da concepção de infância, suas necessidades, dando espaço para a criação e imaginação, pois sabemos que “[...] para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas[...]” (BRASIL, 2017, p. 51). Ao chegar ao ensino fundamental, as atividades de caráter lúdico diminuem, dando lugar a atividades de leitura e escrita. A BNCC ressalta que o educador deve se ater ao fato de ensinar os aprendizes da escrita a escrever e ler, tendo como foco a alfabetização efetiva dos educandos.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BRASIL, 2017, p. 10).

É importante lembrar, também, que é recomendação da BNCC, como vimos anteriormente, que o planejamento esteja embasado no eixo das interações e da brincadeira; desse modo, tendo essas recomendações por parte da BNCC, um dos desafios é assegurar que essas concepções possam ser trabalhadas articuladamente. Entretanto, não raras vezes, diante da “pressão” dos pais e da priorização do processo de alfabetização e letramento/na verdade do aprendizado da leitura e escrita propriamente ditos, de modo ortográfico, percebe-se que a ludicidade e o movimento de caráter lúdico estão sendo pouco reconhecidos na formação educacional das crianças, prevalecendo a concepção de que a brincadeira serve única e exclusivamente para divertir e recriar, quando, na verdade, “O brincar envolve, portanto, complexos processos de articulação entre o já dado e o novo, entre a experiência, a memória e a imaginação, entre a realidade e a fantasia” (KRAMER, 2007, p. 36).

Isso ocorre, em geral, porque muitos acreditam que a brincadeira não pode ser usada durante as aprendizagens, mas, sim, como recompensa para quando os alunos se comportam; muitas escolas continuam resistentes ao uso de brincadeiras em sala de aula, afinal é comum nós ouvirmos professores e gestores alegando que as atividades lúdicas causam barulho e desorganização, por isso devem ser evitadas; essa ideia, porém, é totalmente equivocada, pois sugere que, para aprender, os alunos precisam estar em silêncio absoluto.

Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social. (BRASIL, 2017, p. 61).

Desse modo, a “A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil” (BRASIL, 2017, p. 55). O professor cria oportunidades nas quais a criança pode ampliar seus conhecimentos, não perdendo a sua infância. De acordo com Nascimento (2007, p. 31), o educador deve “favorecer a criação de um ambiente escolar onde a infância possa ser vivida em toda a sua plenitude, um espaço e um tempo de encontro entre os seus próprios espaços e tempos de ser criança dentro e fora da escola”.

Ainda nessa direção, a BNCC ressalta que:

ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. (2017, p. 55-56).

Novamente, vemos a orientação para a necessária articulação/uma proposta de transição entre a educação infantil e o ciclo alfabetizador, o que reitera as atividades lúdicas como essenciais para o desenvolvimento efetivo da criança durante a infância, uma vez que esta é parte essencial durante os primeiros anos da vida. Neste sentido, consideramos também importante destacar o que afirma Borba (2007, p. 43):

Existem inúmeras possibilidades de incorporar a ludicidade na aprendizagem, mas para que uma atividade pedagógica seja lúdica é importante que permita a fruição, a decisão, a escolha, as descobertas, as perguntas e as soluções por parte das crianças e dos adolescentes, do contrário, será compreendida apenas como mais um exercício.

Ou seja, o educador não deve apenas colocar uma atividade de caráter lúdico em seus planejamentos, essas atividades devem ser pensadas e analisadas acerca da realidade social em que a criança se encontra, a fim de que a partir delas as crianças passem a interagir com o meio e com diferentes objetos culturais. “Se incorporarmos de forma mais efetiva a ludicidade nas nossas práticas, estaremos potencializando as possibilidades de aprender e o investimento e o prazer das crianças e dos adolescentes no processo de conhecer” (BORBA, 2007, p. 43).

Diante do exposto até aqui, podemos dizer que, de acordo com a BNCC (2017), no texto para o processo de alfabetização, esta recomenda o uso da ludicidade no processo de alfabetização articulado ao planejamento; nesse sentido, entende que a dimensão lúdica faz parte da rotina da infância, apontando também para a necessidade de, por meio da intencionalidade pedagógica, incorporar uma proposta de transição entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental/ciclo alfabetizador.

Na sequência, vamos apresentar o que o CBTC destaca em relação ao conceito de ludicidade para o ciclo alfabetizador.

2.2 A CONCEPÇÃO DE LÚDICO NO CURRÍCULO BASE DO TERRITÓRIO CATARINENSE – CBTC: CICLO ALFABETIZADOR

Inicialmente, antes de falar sobre a concepção de lúdico no Currículo Base do Território Catarinense, vale destacar a noção de criança de acordo com o documento:

[...] a criança é compreendida como sujeito histórico, de direitos, reprodutor e produtor de cultura, cuja identidade pessoal e coletiva constitui-se pelas vivências no contexto social, por meio de experiências qualificadas no brincar, no fantasiar, no explorar, no questionar”,[...] no qual “Há de assegurar-se que as crianças catarinenses tenham a oportunidade de acesso à Educação Infantil de qualidade, em que os direitos de brincar, expressar-se, comunicar-se, conviver, participar e explorar [...]. (SANTA CATARINA, 2019, p. 103).

Desse modo, para que as crianças possam ter assegurados seus direitos em relação à infância e suas singularidades, como já dissemos, o educador deve proporcionar condições em seus planejamentos e propostas pedagógicas de modo que elas possam ser crianças, vivendo a infância. As propostas pedagógicas devem ter como base a criança, pois, “[...] pensadas com e para as crianças visam a garantia de uma educação cidadã, participativa e uma educação estética da sensibilidade, sendo esses aspectos primordiais para a apropriação pela criança do mundo físico e social” (SANTA CATARINA, 2019, p. 104). Ainda de acordo com o Currículo Base do Território Catarinense, podemos levar em conta que o conceito de ludicidade pode ser

entendido “[...] como eixos estruturantes para as práticas pedagógicas e as competências gerais da educação básica [...]” (SANTA CATARINA, 2019, p. 104), uma vez que afirma que a ação pedagógica e o processo devem estar “[...] assegurados em seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se” (SANTA CATARINA, 2019 p. 104), o que também está alinhado com a BNCC.

Assim, o CBTC, ao tomar a criança como base para as propostas pedagógicas e como um sujeito de direitos, deve levar em conta as necessidades delas durante a infância, uma vez que a infância no currículo base do território catarinense “[...] é compreendida como categoria social e histórica, de modo que sejam respeitadas e valorizadas as diversas formas de viver a infância, bem como de pensar, de conviver, de sentir e de se expressar” (SANTA CATARINA, 2019, p. 102), ao propor para as crianças atividades que envolvam a ludicidade no ambiente escolar, o que “potencializa, desse modo, a vivência da infância pelas crianças, etapa essa tão importante da vida, em que se aprende tanto” (GOULART, 2007, p. 87).

A partir dessa concepção e a fim de proporcionar para as crianças um ambiente onde elas possam desfrutar da sua infância, o educador deve se ater ao fato de que, antes de as crianças chegarem ao ensino fundamental/no ciclo alfabetizador, elas, em geral, passaram pela educação infantil, onde vivenciaram experiências que não podem ser esquecidas de uma etapa para outra durante seu percurso formativo. Para o CBTC (2019, p. 148), “As crianças, gradativamente, ampliam seus repertórios linguísticos e culturais por meio de diferentes linguagens: oralidade, gestos, desenhos, brincadeiras, pinturas, esculturas, entre outras”.

Dessa forma e a partir dessa afirmação, vale ressaltar que essa transição entre educação infantil e ensino fundamental também necessita ser planejada, sendo preciso ter um olhar atento para essa questão. Nessa direção, Kramer (2011) destaca que

[...] é prioridade que instituições de educação infantil e ensino fundamental incluam no currículo estratégias de transição entre as duas etapas da educação básica que contribuam para assegurar que na educação infantil se produzam nas crianças o desejo de aprender, a confiança nas próprias possibilidades de se desenvolver de modo saudável, prazeroso, competente (KRAMER, 2011, p. 71).

O educador deve lembrar que na educação infantil a criança aprende brincando e no ensino fundamental o processo de ensino-aprendizagem é totalmente diferente; as ações das crianças quando chegam ao ensino fundamental, em geral, passam a ser controladas, sendo limitadas as brincadeiras, e com isso devemos perceber que, de fato, as crianças não estão preparadas para essa mudança tão brusca. “Assim, é fundamental prever formas para articular e respeitar as especificidades etárias na transição da Educação Infantil para o Ensino

Fundamental, visando o percurso formativo e a continuidade no processo de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças” (SANTA CATARINA, 2019, p. 110).

Nessa mesma linha, trazemos o que dizem as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p. 121):

É preciso garantir que a passagem da Pré-Escola para o Ensino Fundamental não leve a ignorar os conhecimentos que a criança já adquiriu. Igualmente, o processo de alfabetização e letramento, com o qual ela passa a estar mais sistematicamente envolvida, não pode sofrer interrupção ao final do primeiro ano dessa nova etapa da escolaridade.

Nesse sentido, a fim de garantir essa infância para as crianças, é necessário que isto esteja previsto no Projeto pedagógico da escola, assim como o educador deve se ater, em seu planejamento, ao fato de que o brincar, a brincadeira e as interações de modo lúdico são essenciais durante o processo de alfabetização e letramento, “[...] tendo as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes para as práticas pedagógicas e as competências gerais da educação básica, assegurados em seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se” (SANTA CATARINA, 2019, p. 105).

Portanto, ao chegar ao ensino fundamental, o professor deve proporcionar momentos nos quais a criança tenha acesso a diversos materiais didático pedagógicos, momentos esses de ludicidade, a fim de promover o desenvolvimento efetivo da criança. Tal concepção aparece no CTBC (2019, p. 148) desse modo:

Isso implica considerar que, ao ingressar no Ensino Fundamental, as crianças de seis anos necessitam se expressar por meio de múltiplas linguagens, e que as brincadeiras, a imaginação e a fantasia constituem seus modos de ser e viver no mundo.[...]” “[...] É preciso lembrar, também, que crianças de seis e sete anos têm necessidades de movimento e ludicidade para se expressar e desenvolver-se cognitivamente e socialmente.

Seria interessante, então, que o educador não impusesse às crianças no processo inicial da escrita atividades em que o objetivo fosse apenas aprender a ler e escrever; a apropriação do uso da escrita deve acontecer simultaneamente/articuladamente com os objetivos alinhados a diferentes objetos de conhecimento, interdisciplinarmente; destaca-se a ludicidade como uma boa estratégia para que isso aconteça de modo efetivo e atendendo às especificidades das crianças.

O ambiente alfabetizador também é um fator muito importante para esse processo, pois ao entrar na escola a criança, ao se deparar com os diversos símbolos, com a combinação entre eles para compor diferentes sentidos e significados, vai sentindo-se motivada para apropriação

da leitura e da escrita, tanto no ciclo alfabetizador como também ao longo dos anos iniciais; o olhar atento e sensível do professor/a em relação às crianças é um fator determinante para que elas aprendam com interesse, entusiasmo e participação.

É preciso lembrar, também, que crianças de seis e sete anos têm necessidades de movimento e ludicidade para se expressar e desenvolver-se cognitivamente e socialmente. Isso requer uma organização de tempo e de espaço que atenda às necessidades inerentes a essa fase da infância. Considerando que, ao entrar nos anos iniciais, elas não deixam de ser. (BRASIL, 2007 *apud* SANTA CATARINA, 2019, p. 148).

O educador deve proporcionar momentos significativos durante as aulas para a criança, de modo que elas possam fazer parte, falando e realizando ações, uma vez que ela é o sujeito ativo da aprendizagem; desta forma, todas as experiências e situações que oferecem a ela ampliam cada vez mais suas relações, aprendizagens e ajudam a construir seu ser social, ético e crítico. Ainda pensando no trabalho pedagógico, é necessário um planejamento que oportunize descobertas e que supere a fragmentação dos conhecimentos, de modo a considerar como valor de aprendizagem algo único e fundamentado nas culturas da infância, em que os valores da brincadeira, da diversão, das emoções, dos sentimentos são reconhecidos como elementos essenciais para cada processo autêntico, educativo e de elaboração do conhecimento. (SANTA CATARINA, 2019 p. 150). Afinal,

Há de assegurar-se que as crianças catarinenses tenham a oportunidade de acesso à Educação Infantil de qualidade, em que os direitos de brincar, expressar-se, comunicar-se, conviver, participar e explorar (BRASIL, 2017) sejam garantidos e, acima de tudo, que os direitos de SER CRIANÇA e de viver suas infâncias com dignidade sejam respeitados. (SANTA CATARINA, 2019, p. 103).

Diante do exposto, pode-se dizer que no CBTC o entendimento é de que a infância é imprescindível para a compreensão da criança, pois é durante a infância que a criança aprende e se apropria de conceitos que serão essenciais para sua construção social no meio onde vive. Outro ponto importante a reiterar é o modo como o CBTC considera essa concepção como inerente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista a forma pela qual compreende a concepção de criança/infância.

Feito isto, na sequência, procuramos apresentar o modo como esses conceitos se articulam no CBTC e na BNCC.

2.3 LÚDICO E LUDICIDADE NO CURRÍCULO BASE DO TERRITÓRIO CATARINENSE – CBTC E NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC: CICLO ALFABETIZADOR

Ao lermos e analisarmos a Base Nacional Comum Curricular, podemos ver que esta traz o conceito de ludicidade como parte essencial na vida da criança durante sua infância. Para o ciclo alfabetizador/anos iniciais, a Base Nacional traz a ludicidade como um modo de experimentação, no qual, em vez de o professor dar as respostas prontas, ele propõe questionamentos, nos quais o aluno exercita a visão sistêmica, observando o cenário, e depois levanta hipóteses, testa e comprova ou não suas hipóteses. Dessa forma, o aprendizado se torna mais interessante, atrativo e lúdico, pois com isso o aluno irá vivenciar momentos nos quais ampliará sua visão de mundo, não somente com conceitos/conteúdos impostos, mas, sim, com conhecimentos que ele buscou. “A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças” (BRASIL, 2017, p. 35).

De acordo com a BNCC, deve-se tornar as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes para a prática pedagógica, pois estes promovem o seu desenvolvimento em diversos campos da experiência.

Da mesma forma, o Currículo Base do Território Catarinense – CBTC aborda a “ludicidade como eixos estruturantes para as práticas pedagógicas e as competências gerais da educação básica [...] assegurados em seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se” (SANTA CATARINA, 2019, p. 104).

Percebe-se, então, a convergência entre os dois documentos, o que corrobora com o alinhamento entre o Currículo Base do Território Catarinense e a BNCC, mantendo seus princípios, porém aprimorando e adaptando seu texto de acordo com a realidade cultural dos alunos catarinenses.

Além disso, o CBTC também reforça que as crianças de 6 anos precisam vivenciar e se expressar por meio de diferentes linguagens, e que as brincadeiras, a imaginação e a fantasia constituem seus modos de ser e viver o mundo (SANTA CATARINA, 2019, p. 48).

Ambas trazem que ao chegar ao ensino fundamental é necessário que o professor faça uma articulação em suas propostas pedagógicas com as vivências da educação infantil, a fim de garantir o direito da criança durante a infância, promovendo, por meio das interações lúdicas,

o que é de suma importância durante esse período da vida, uma vez que estas garantem o desenvolvimento social, ético e cognitivo da criança.

Reitera-se, então, a importância de a criança ter o direito assegurado para viver sua infância, pois é durante esse período que ela desenvolve e amplia seus repertórios culturais, dado que serão essenciais para sua vida em sociedade, como ressalta o CBTC. No entanto, “O conceito de infância foi construído socialmente e não é inerente ao sujeito criança, acompanha as mudanças ocorridas nos diversos contextos sociais, onde não há padrões específicos que normatizam uma única maneira de se viver a infância” (SARMENTO apud SANTA CATARINA, 2019, p. 112).

Já a BNCC (2017, p. 222) diz que as crianças possuem “[...] modos próprios de vida e múltiplas experiências pessoais e sociais, o que torna necessário reconhecer a existência de infâncias no plural e, conseqüentemente, a singularidade de qualquer processo escolar e sua interdependência com as características da comunidade local”.

Com isso, percebemos que os dois documentos pressupõem que a criança possui várias maneiras de viver a infância, que há inúmeras formas de viver essa infância; e o professor deve acrescentar diversas propostas em seu planejamento pedagógico para que a criança possa desfrutar desse período. Dessa forma, “[...] cabe ao Projeto Político Pedagógico das instituições de Educação Infantil, em consonância com as Diretrizes Curriculares Municipais, construírem as significações fundamentadas no encontro com a infância, considerando os saberes das crianças e assegurando os seus direitos”. Kishimoto (1993, p. 110) nos diz que:

Brincando [...] as crianças aprendem [...] a cooperar com os companheiros [...], a obedecer às regras do jogo [...], a respeitar os direitos dos outros [...], a acatar a autoridade [...], a assumir responsabilidades, aceitar penalidades que lhe são impostas [...], a dar oportunidades aos demais [...], enfim, a viver em sociedade.

Para finalizar, percebemos que nos dois documentos há diversas convergências sobre os conceitos de ludicidades, no entanto em ambos ainda existe uma certa ausência em relação ao conceito de infância e a importância desta fase da vida para as crianças, visto que a infância é essencial para o desenvolvimento da criança e a interação desta com o meio social em que se encontra. A atividade lúdica faz com que a criança aprenda com prazer, alegria e entretenimento, sendo imprescindível ressaltar que a ludicidade está distante da concepção crédula de passatempo, brincadeira, ou mera diversão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos este trabalho de pesquisa, constatamos, com base nos autores abordados durante toda a trajetória acadêmica, que as atividades lúdicas visam ampliar o desenvolvimento efetivo da criança, com isso buscamos compreender como a BNCC e o CBTC abordam o conceito de lúdico/ludicidade e a importância deste para a prática docente, uma vez que estes documentos servem como base para o planejamento e, conseqüentemente, para as práticas pedagógicas. Verificamos que a ludicidade constitui a infância/a criança e é inerente ao processo de ensino-aprendizagem dos educandos no ciclo alfabetizador.

Constatamos que os objetivos não foram totalmente alcançados, pois a BNCC não traz de forma clara a concepção de ludicidade e lúdico no ciclo alfabetizador, já o CBTC traz, contudo o faz de modo sucinto.

Em relação aos objetivos específicos, pode-se dizer que:

- i. a BNCC aborda o lúdico/a ludicidade nos anos iniciais e se evidenciou que esta traz para os anos iniciais a concepção de ludicidade como experimentação, uma vez que a vislumbra como inspiradora para a elaboração de novos conhecimentos;
- ii. o CBTC aborda a concepção de ludicidade durante todo o processo de alfabetização, mas faz menção ao tema de maneira sucinta, ressaltando que a ludicidade é o eixo estruturante do planejamento durante o processo de alfabetização;
- iii. Buscando relacionar como esse conceito aparece nos dois documentos, pode-se dizer que os dois se referem ao lúdico. Percebeu-se um alinhamento entre o proposto no CBTC com o disposto na BNCC. Ambos os documentos ressaltam a importância do brincar para a criança, pois é durante o brincar que ela desenvolve diversos conceitos e aprendizagem, o que facilita a convivência dela com o meio social onde está inserida.

Por fim, podemos ressaltar que tanto a BNCC quanto o CBTC concebem a ludicidade em seus textos orientadores do Currículo para o Ciclo alfabetizador, entretanto é importante ressaltar que nos dois documentos estes conceitos carecem de maior aprofundamento, o que demanda a necessidade de formação continuada, de modo que os professores possam compreender como materializá-los em suas ações pedagógicas no ciclo alfabetizador.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman, 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981 [1973].
- BORBA, Ângela Meyer. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- BRASIL, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). **A aprendizagem do sistema de escrita alfabética**. Brasília, 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2004.
- FLORIANÓPOLIS. **A Brincadeira**. 2012.
- GOULART, Cecília. A organização do trabalho pedagógico: alfabetização e letramento como eixos orientadores In: BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos tradicionais Infantil: O jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: Vozes 1993.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.
- LOPES, Vanessa Gomes. **Linguagem do Corpo e Movimento**. Curitiba, PR: FAEL, 2006.
- MARCOLINO, Suzana. **A Mediação Pedagógica na Educação Infantil para o Desenvolvimento da Brincadeira de Papéis Sociais**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.
- MASSA, *Monica de Souza*. Ludicidade: da Etimologia da Palavra à Complexidade do Conceito APRENDER – **Cad. de Filosofia e Psic. da Educação**. Vitória da Conquista. Ano IX n. 15. p.111-130. 2015.

MARINHO, Herminia Regina Bugeste. **Pedagogia do movimento universo lúdico e psicomotricidade**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro. A infância na escola e na vida: uma relação fundamental. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Encontros e encantamentos na educação infantil**. Campinas-SP: Papiros, 2000, p. 192-193.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ROJO, Roxane. **Escol@ conect@d@: os multiletramentos e as TICs**. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2013.

SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. Secretaria do Estado da Educação, 2019.

SOARES, Magda. As muitas facetas da alfabetização. **Revista da Fundação Carlos Chagas**. São Paulo, nº 52, fev. 1985.

SOARES, Magda. **Linguagem e Educação**: letramento em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2003.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.